

Economia-Brasil

Dirceu contraria Palocci

Ministro nega decisão do governo de alterar superávit primário para 2005 e 2006

BRASÍLIA – Em mais uma queda-de-braço com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, o chefe da Casa Civil, ministro José Dirceu, disse ontem que o governo não irá alterar o superávit primário (receitas menos despesas, sem contar pagamentos de juros) para 2005 e 2006. Segundo ele, o esforço fiscal já está fixado em 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todas as riquezas geradas no país) e não haverá qualquer mudança.

O ministro reconheceu, entretanto, que o governo pode fazer um “esforço” este ano, com um aumento do superávit, para evitar turbulências. Dirceu disse que ele e Palocci já apresentaram ao presidente algumas iniciativas “para que o país não sofra turbulência”, mas destacou que a decisão final cabe ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– Até o momento não há mudança no superávit fiscal para os próximos anos. Não há essa decisão por parte do presidente da República. Esse ano nós já temos uma folga no superávit que garante todos os investimentos que foram programados. Não há nenhuma relação entre o superávit e corte ou ajuste nos investimentos. Não se propõe nenhum corte de investimentos, o que está se propõendo, se necessário, é que se faça um ajuste fiscal para além dos 4,25% – afirmou Dirceu, contradizendo Palocci, que na véspera afirmara a possibilidade de elevar o superávit sem que os investimentos do setor público fossem comprometidos.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria



Brasília - ABr

“Até o momento, não há mudança no superávit fiscal para os próximos anos. Não há essa decisão por parte do presidente da República”

JOSÉ DIRCEU
CHEFE DA CASA CIVIL

(CNI), Armando Monteiro Neto (PTB/PE), acredita que a revisão para cima da meta de superávit deve ser examinada com cuidado.

– Essa é uma questão delicada que surge em um momento em que se tem esse problema da infra-estrutura. Há demandas que são urgentes e aí eleva-se o superávit quando há pres-

são de demanda por recursos em investimento – disse.

O debate sobre a elevação do superávit primário surgiu nos últimos dias como alternativa ao aumento continuado da taxa básica de juros (Selic) que, na última semana, subiu de 16% para 16,25% ao ano. Para 2004, a meta de superávit equivalente a 4,25% do PIB

acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) representará uma economia de R\$ 71,5 bilhões.

No entanto, entre janeiro e julho, o setor público (União, Estados, municípios e empresas estatais) obteve um superávit de 5,59% do PIB, correspondente a R\$ 52,8 bilhões. Com esses números, o setor público necessitará economizar R\$ 18,7 bilhões para cumprir a meta acordada com o FMI.

Ao comentar os possíveis efeitos do aumento da meta de 4,25%, Armando Monteiro apontou o risco da redução dos investimentos. Por outro lado, contrapôs os impactos da calibragem da política monetária via elevação da taxa de juros.

– Se ficarmos trabalhando só com a taxa de juros para debelar pressões inflacionárias, vamos sempre ficar alternando esse ciclo de crescimento com movimentos contracionistas da economia – disse.

As declarações foram dadas durante homenagem feita pela CNI à diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Monteiro Neto comentou os recentes aumentos de preço dizendo que alguns setores industriais não têm conseguido conter os repasses.

– É uma questão concreta: as pressões de custo existem e chega um momento em que não se tem mais condições de absorver essas pressões – avançou.

Ele citou o efeito combinado das tarifas públicas, valorização dos insumos e pressão por recomposição de salários.

Com Luciana Otoni